

CORREIO
DEBATE

DESAFIOS
2023

O BRASIL
QUE QUEREMOS

Para especialistas, as transformações necessárias passam pela educação básica, que deve estar no centro dos debates

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Cláudia Costin (com microfone) e Celso Niskier defenderam prioridades para a educação

A revolução do ensino

» TAINÁ ANDRADE
» MARCOS BRAZ*

Educação é um caminho incontornável para o país encontrar na estrada do desenvolvimento. As dificuldades em todos os níveis de ensino refletem a complexidade do sistema e a necessidade de uma discussão profunda acerca da pauta, a ser encarada como uma das prioridades do próximo governo. Durante o painel Educação: a sociedade quer ser ouvida, no seminário Desafios 2023 — O Brasil que queremos, realizado ontem, em Brasília, especialistas afirmaram que as transformações necessárias passam pela educação básica, que deve estar no centro dos debates.

O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Celso Niskier, e a diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, defenderam o fortalecimento da educação de base e destacaram a implantação do ensino em tempo integral como fundamental.

Para Costin, somente esse modelo de educação, iniciado no ensino fundamental 2 até o ensino médio, dará às crianças a preparação necessária para um mercado de trabalho em transformação veloz, que cobra habilidades complexas, no desenvolvimento do pensamento sistêmico e possibilitando análises mais aprofundadas e a resolução colaborativa de problemas com criatividade.

“Quero ver alguém ensinar uma educação que, de fato, ensine a pensar e não só despeje conhecimento na cabeça dos alunos. Quero ver fazer o que Pernambuco, um estado bem mais pobre que o Distrito Federal e que São Paulo, faz. Ensino médio integral, em tempo integral, trabalhando não só aulas, nas oficinas, clube de matemática, clube de dança, atividades diversificadas. É importante que o ensino médio não só prepare para o ensino superior, que ele diversifique, prepare para o mundo do trabalho. Virou tabu no ensino médio falar em educar para o mundo do trabalho, como se o dia de nós adultos, o filé mignon, não fosse o trabalho. É fundamental se preparar

para o mundo do trabalho que está em intensa transformação”, assegura a diretora.

Para isso, ela diz que o olhar para o ensino, em todas as etapas, deve ser mais “acolhedor”. Opinião compartilhada por Celso Niskier, que vê com preocupação a queda no número de matrículas nos últimos três anos e os 38 milhões de jovens, na faixa de 18 a 24 anos, que nem estudam e nem trabalham — a geração “nem nem”.

De acordo com o presidente da ABMES, trata-se de um desafio que passa pela inclusão das camadas menos favorecidas da população na educação superior. “A saúde mental dos jovens afeta a qualidade da educação, precisamos transformar em política pública, precisamos reconhecer o desafio que temos. Precisamos não só recuperar a aprendizagem, mas o aprendiz”, ponderou.

Financiamento

Junto a isso, outro reflexo da pandemia e da crise econômica é o impedimento de acesso dos estudantes às modalidades de financiamento para o ensino

A saúde mental dos jovens afeta a qualidade da educação, precisamos transformar em política pública, precisamos reconhecer o desafio que temos. Precisamos não só recuperar a aprendizagem, mas o aprendiz*

Celso Niskier,
presidente da ABMES

superior, ocasionado, em grande parte, pelo não alcance da nota mínima — 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — para concorrer ao subsídio. “Milhões de jovens não chegam a essa nota no Enem, portanto, a ampliação da inclusão e do acesso à educação superior passa pela melhoria da educação básica”, disse.

Como solução, o especialista apontou a criação de um amplo programa de recuperação da aprendizagem em que estudantes de universidades públicas e privadas fariam extensão universitária, junto a professores da rede pública. De acordo com a proposta do presidente da ABMES, esses graduandos atuariam nas salas de aula “ajudando os alunos que ficaram para trás”.

Ao concluir o ensino médio, os estudantes encontram ainda um outro entrave, dar segmento à formação por meio do ensino técnico ou ingressar em uma universidade. A diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, enfatizou que ocorre um desequilíbrio no ingresso de cidadãos nos dois caminhos.

“Um discurso é o de que está todo mundo indo para a universidade e ninguém para o ensino técnico. Sinto informar que não está ninguém indo para lugar nenhum, em termos relativos. Só 25% dos adultos de 25 a 34 anos no Brasil tem diploma universitário. É verdade que tem pouca gente que vai para o ensino técnico e profissional. Nós temos que aumentar dos dois lados. Alguém que vai fazer ensino técnico não deveria ser proibido de ir pra universidade depois”, exemplificou a especialista.

Nesse sentido, os participantes do painel defenderam que políticas públicas deem prioridade à educação básica e estejam acopladas a um sistema de financiamento para o ensino superior e técnico. O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Celso Niskier, reforçou que o Programa Universidade para Todos (ProUni), “merece ser mantido e até ampliado”, mas com atenção à inclusão das camadas mais vulneráveis da sociedade.

*Estagiário sob a supervisão de Michel Medeiros

Valorização para os educadores

Na avaliação da diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin, melhorar a qualidade na educação brasileira passa inevitavelmente pelo investimento na formação do professor. Dentre todos os custos, o maior será com a educação básica, que trará como consequência a valorização da profissão de docente.

“A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) gasta mais do dobro que a gente em educação básica per capita; no ensino superior, gasta bem menos do que a gente gasta, porque o que custa caro lá e aqui é pagar bem os professores, é tornar a profissão de professor da educação básica mais atrativa”, explicou.

A especialista destacou que o

cálculo precisa levar em conta o perfil da população estudantil. “Os países que gastam menos que nós estão em outro estágio na transição demográfica deles. Nós estamos ainda em um momento diferente, temos muitas crianças e jovens adultos na escola”, ressaltou.

A diretora elencou prioridades para reforçar a qualidade da profissão. Entre elas, destaca a melhoria da formação dos professores com maior conexão entre teoria e prática no próprio curso. Além disso, é importante tornar a profissão de professor mais atrativa e ao mesmo tempo mais seletiva.

“Nós formamos médicos em contato quase cotidiano com a prática, tem teoria e prática. Ser professor de educação básica não é considerado uma

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



No telão, Raphael Lucchesi, diretor do CNI, que falou sobre a importância do ensino técnico

profissão; a gente acha que ensinar história da educação, sociologia e filosofia são pontos importantes, são suficientes. Não

são, ninguém formaria um médico assim”, comparou.

Nas questões práticas da profissão, a especialista frisou que

a qualidade da educação é adquirida na expansão da carga horária do ensino nas escolas — saindo de três a quatro horas

aula para sete a nove horas — e na exclusividade do professor na escola. Cláudia apontou que, com a exclusividade, o profissional conseguirá ter outros tipos de interação que levará o aluno a se desenvolver de forma mais sistêmica.

“Mentoria, discutir com aluno seus sonhos, transformar esses sonhos em projeto de vida, ensinar esse aluno que o que aprende na escola é instrumental para construir, empreender sua vida futura. Ninguém vira empreendedor se não aprender a empreender a própria vida. Com isso, podemos pensar em um Brasil diferente, baseado em pessoas formadas para serem autônomas e solidárias ao mesmo tempo”, apontou a especialista da Fundação Getúlio Vargas. (TA)